

Exmo. Senhor
Presidente da Direção
da Associação Portuguesa Contra a Leucemia
Rua Nunes Claro, n.º 8 - C

1000-209 LISBOA

V/Ref.

V/Com

N/Ref. **DAJI** – Proc. N.º 810/2009

ASSUNTO: **IPSS/REGISTO DE ESTATUTOS**

Considerando o disposto no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Segurança Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, informo V. Ex.ª que foi efetuado o registo dos estatutos dessa instituição, conforme declaração anexa, remetida nesta data, para publicação no Portal da Justiça (<https://publicacoes.mj.pt>).

Informo ainda V. Ex.ª que, logo que publicada no Portal da Justiça, o respetivo registo será divulgado na página Internet da Segurança Social, Apoios Sociais e Programas, Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Licenças e Atos.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Divisão


(Rui Santos)

Anexo: 1 Declaração
EC/

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato, 1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>

DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que altera Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, aplicável por força da Portaria n.º 466/86 de 25 de Agosto, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3 à inscrição n.º 3/11, a fls. 125 e 125 Verso do Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efetuado em 02/11/2018, nos termos do n.º 4 do artigo 9º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA CONTRA A LEUCEMIA

NIPC – 505 945 401

Sede – Rua Nunes Claro, n.º 8 - C – Lisboa

Direção-Geral da Segurança Social, em

13 NOV. 2018

Pelo Diretor-Geral


Rui Santos
(Chefe de Divisão)

EC/

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato, 1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA CONTRA A LEUCEMIA

ESTATUTOS

CAPÍTULO I Natureza, duração e Fins

Artº 1º (Natureza)

A Associação Portuguesa Contra a Leucemia (APCL) é uma instituição particular de solidariedade social.

Artº 2º (Duração)

A Associação tem duração indeterminada.

Artº 3º (Sede)

A APCL tem sede em Lisboa, na Rua Nunes Claro, n.º. 8-C, 1000-209 Lisboa, podendo criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde for considerado necessário para o cumprimento dos seus fins e objectivos estatutários.

Artº 4º (Fins)

1. A APCL tem por fim promover o progresso do conhecimento científico sobre a natureza, evolução, prevenção e tratamento da Leucemia e outras neoplasias hematológicas afins e contribuir com apoios aos doentes vítimas destas doenças e suas famílias.

2. Para prosseguir os seus fins a associação deverá:

a) Apoiar iniciativas de investigação biomédica fundamental ou aplicada, relativas à ontogenia, patologia e terapêutica da Leucemia ou outras neoplasias hematológicas afins.

b) Promover a melhoria das condições de realização da transplantação de progenitores hematopoiéticos, enquanto modalidade de tratamento curativo de certos tipos de Leucemia, quer através de apoios concretos à formação de pessoal especializado quer através de um programa de actividades a desenvolver no campo dos doadores de células hematopoiéticas progenitoras, sejam de origem sanguínea, medular ou do cordão umbilical.

c) Apoiar a aquisição de equipamentos ou materiais que se identifiquem como

necessários ao melhor funcionamento das unidades de Transplantação e dos Serviços de Hematologia existentes no País.

d) Promover iniciativas para angariação dos fundos necessários à concretização dos objectivos, nomeadamente campanhas de sensibilização, eventos culturais e desportivos.

Artº 5º
(Cooperação com outras instituições)

A APCL actuará em permanente cooperação com as Instituições e serviços, públicos e privados, que exercem a sua acção no domínio da Saúde, com vista ao permanente progresso da investigação e tratamento da Leucemia e outras neoplasias hematológicas afins.

Artº 6º
(Serviços prestados)

1. Os serviços prestados pela instituição serão gratuitos ou remunerados, em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá, sempre, proceder.

2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPÍTULO II
Dos Associados

Artº7º
(Associados)

Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e as pessoas colectivas.

Artº 8º
(Categorias de associados)

Haverá três categorias de associados:

1. **Fundadores** - As pessoas que estiveram na origem da criação da APCL e outorgaram os respectivos Estatutos.

2. **Honorários** - As pessoas que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.

3. **Efectivos** - As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da

associação, obrigando-se ao pagamento de jôia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

Artº 9º
(Qualidade de associado)

A qualidade de associado prova-se pela inscrição no livro respectivo que a APCL obrigatoriamente possuirá.

Artº 10º
(Direitos dos associados)

São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária, nos termos estatutários;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requirem por escrito com a antecedência mínima de trinta dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.

Artº 11º
(Deveres dos associados)

São deveres dos associados:

- a) Pagar, pontualmente, as suas quotas, tratando-se de associados efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Respeitar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos sociais;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artº 12º
(Das sanções)

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 11º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até 180 dias;
- c) Demissão.

2. São demitidos os Sócios que, por actos dolosos, prejudiquem, materialmente, a

associação.

3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n° 1 são da competência do Conselho de Administração.

4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n° 1 só se efectivarão mediante audiência, obrigatória, do associado.

6. A suspensão dos direitos não desobriga do pagamento da quota.

Art° 13°
(Exercício dos direitos)

1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no artigo 10°, desde que tenham em dia o pagamento das suas quotas.

2. Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de um ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 10°, podendo, contudo, assistir, sem direito de voto, às reuniões da Assembleia Geral.

3. Não são elegíveis para os corpos gerentes, os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos directivos da associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Art° 14°
(Da transmissão da qualidade de associado)

A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

Art° 15°
(Da perda da qualidade de associado)

Perdem a qualidade de associado os sócios que se encontrem nas seguintes situações:

1.1. Os que pedirem a sua exoneração;

1.2. Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;

1.3. Os que forem demitidos, nos termos do disposto no n° 2 do artigo 12°.

2. Nos casos previstos em 1.2, considera-se eliminado o sócio que, tendo sido notificado pelo Conselho de Administração para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de quinze dias.

Artº 16º
(Perda das quotas)

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à APCL não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

CAPÍTULO III
ORGÃOS DA ASSOCIAÇÃO
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 17º
(Órgãos da Associação)

1. Os órgãos da APCL são os seguintes:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Científico.

2. Os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores.

3. Não podem exercer o cargo de presidente do órgão de fiscalização trabalhadores da associação.

Artº 18º
(Remuneração)

O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artº 19º
(Duração do mandato)

1. A duração do mandato dos órgãos sociais é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.

2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da mesa da Assembleia Geral ou do seu substituto legal, o que deverá ter lugar na primeira quinzena

do ano civil imediato ao das eleições.

3. Caso a eleição tenha sido efectuada, extraordinariamente, fora do mês de Dezembro, a posse deverá ter lugar no prazo estabelecido no n° 2, ou no prazo de trinta dias após a eleição, considerando-se que o mandato teve início na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.

4. Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

Art° 20°
(Vacatura)

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respectivos suplentes, se os houver, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias subsequentes à eleição.

2. O termo do mandato dos membros eleitos nos termos do número anterior coincidirá com os dos inicialmente eleitos.

Art° 21°
(Renovação de mandatos)

1. Não é permitido aos membros dos órgãos sociais o desempenho, simultâneo, de mais de um cargo na mesma Associação.

2. O Presidente do Conselho de Administração só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Art° 22°
(Da convocação dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização)

1. Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas, obrigatoriamente, por escrutínio secreto.

Artº 23º
(Da responsabilidade dos corpos sociais)

1. No exercício do seu mandato os titulares dos órgãos sociais são responsáveis nos termos definidos nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e manifestarem a sua oposição a ela com declaração na acta da sessão imediatamente subsequente em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artº 24º
(Elegibilidade, não elegibilidade e Impedimentos)

1. São elegíveis para os órgãos sociais os associados que, cumulativamente:
 - a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos;
 - b) Sejam maiores;
 - c) Tenham, pelo menos, um ano de associado.
2. Os titulares dos órgãos sociais não podem ser reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.
3. A incapacidade referida no número anterior verifica -se quanto à reeleição ou nova designação para os órgãos da mesma instituição ou de outra instituição particular de solidariedade social.
4. Os titulares dos órgãos sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.
5. Os titulares dos órgãos sociais não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.
6. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo órgão social.

7. Os titulares dos órgãos sociais não podem exercer actividade conflituante com a actividade da instituição, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes ou de participadas desta.

8. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:

a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transacção efectuada;

b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

Artº 25º
(Representação dos associados)

1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral, em caso de comprovada impossibilidade de comparecimento à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura reconhecida por qualquer meio legal, mas, cada associado não poderá representar mais do que um associado.

2. É admitido o voto por correspondência, sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar conforme à que consta do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade.

Artº 26º
(Das reuniões dos órgãos sociais)


Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa.

SECÇÃO II
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artº 27º
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

2. Compete à Assembleia Geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da pessoa colectiva, designadamente:

- 
- a) A demissão dos associados;
 - b) A aprovação do balanço;
 - c) A eleição e destituição, por votação secreta, dos membros da mesa, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
 - d) A apreciação e votação do orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas do Conselho de Administração.
 - e) A deliberação sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
 - f) A alteração dos Estatutos, a extinção, cisão ou fusão da Associação ou a sua transformação em Fundação;
 - g) A autorização para demandar os titulares dos órgãos sociais por actos praticados no exercício das suas funções;

3. A Assembleia Geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo Presidente da Mesa ou substituto.

4. A convocatória é obrigatoriamente afixada na sede e pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado e, facultativamente, através de correio electrónico para o endereço electrónico fornecido pelo associado.

5. Da convocatória constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

6. Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da Assembleia Geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede.

7. A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

8. A Mesa da Assembleia Geral é composta por três membros, sendo um o Presidente e os outros dois Secretários da Mesa.

SECÇÃO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artº 28º

(Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração será composto por um Presidente, um Vice-Presidente e três vogais.
2. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos.
3. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de desempate.
4. O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.
5. Em caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente.

Artº 29º

(Competência do Conselho de Administração)

1. Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários à prossecução dos fins da Associação, dispondo dos mais amplos poderes de gestão.
2. Em especial, o Conselho de Administração tem competência para:
 - a) Definir a organização Interna da Associação, assegurando a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
 - b) Administrar o património da Associação;
 - c) Elaborar o orçamento e os planos anuais de actividade, bem como o relatório, balanço e contas do exercício;
 - d) Representar a Associação quer em juízo, activa e passivamente, quer perante terceiros;
 - e) Organizar o quadro de pessoal, contratar, despedir e gerir o pessoal;
 - f) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira de Associação;

- g) Escolher e nomear o Conselho Científico da Associação, de entre personalidades de reconhecido prestígio e competência científica na área da investigação biomédica;
- h) Nomear o Presidente do Conselho Científico;
- i) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

Artº 30º
(Vinculação da Associação)

A Associação fica obrigada:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser o Presidente.
- b) Pela assinatura de um membro do Conselho de Administração no exercício de poderes que nele houverem sido delegados por decisão do órgão.

SECÇÃO IV
DO CONSELHO FISCAL

Artº 31º
(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é composto por dois Membros mais um suplente.
2. A duração do mandato é de quatro anos.
3. O Conselho Fiscal designará de entre os seus membros o Presidente, que terá voto de qualidade.
4. No caso de vacatura do cargo de presidente do conselho fiscal, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.

Artº 32º
(Das competências do Conselho Fiscal)

Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo nesse âmbito efectuar recomendações aos restantes órgãos que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos Estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

- a) Fiscalizar o órgão de administração, podendo para o efeito consultar toda a documentação necessária;
- b) Assistir às reuniões do Conselho de Administração quando para tal for convocado pelo Presidente deste órgão;

- c) Dar parecer sobre o Relatório, Contas do exercício, bem como sobre o plano de acção e Orçamento para o ano seguinte;
- d) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com o Conselho de Administração, de determinados assuntos cuja importância o justifique;
- e) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

Artº 33º
(Reuniões)

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente ou pela maioria dos seus titulares e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.

SECÇÃO V
DO CONSELHO CIENTÍFICO


Artº 34º
(Do Conselho Científico)

1. O Conselho Científico da Associação é composto, no mínimo, por oito personalidades de reconhecido prestígio e competência na área da investigação biomédica.
2. O Conselho Científico tem por missão:
 - a) Aconselhar a Direcção da APCL na definição da sua estratégia de intervenção nas áreas da investigação científica e da formação avançada em Hemato-Oncologia;
 - b) Avaliar o mérito dos projectos de Investigação submetidos à APCL;
 - c) Avaliar o mérito dos candidatos a programas de formação avançada;
 - d) Monitorizar o progresso dos programas da APCL de apoio à investigação e à formação avançada.
3. A duração do mandato é quatro anos.
4. O Conselho Científico elaborará o seu Regulamento Interno.

CAPÍTULO IV
REGIME PATRIMONIAL E FINANCIAMENTO

Artº 35º
(Receitas da Associação)

Constituem receitas da Associação:

- 
- a) O produto das jóias e quotas dos associados;
 - b) As participações dos utentes;
 - c) Os rendimentos próprios.
 - d) As doações, legados, heranças e respectivos rendimentos;
 - e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
 - f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
 - g) Outras receitas.

Artº 36º
(Património)

1. O Património da Associação e constituído por:

- a) Contribuições financeiras futuras de pessoas jurídicas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, de natureza pública ou privada;
- b) Bens móveis ou imóveis, adquiridos com os rendimentos provenientes do investimento dos seus bens próprios ou a qualquer outro título.

CAPÍTULO V

ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO

Artº 37º

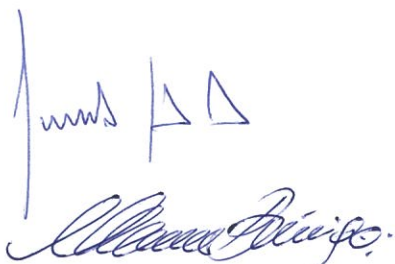
1. Sem prejuízo da alteração por imposição legal, a modificação dos presentes Estatutos e a transformação e extinção da Associação carecem de aprovação, por uma maioria de quatro quintos dos membros da Assembleia Geral, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria.
2. Em caso de extinção, o património da Associação terá o destino que por deliberação da Assembleia Geral for julgado mais conveniente para prossecução dos fins para que foi instituída, aplicando-se o regime dos artigos 27.º a 31.º dos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 38º

Em todo o omissis nos presentes Estatutos aplicar-se-á a legislação em vigor em cada momento às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Handwritten signature and initials in blue ink. The initials appear to be 'JMS' and 'PD'. Below them is a cursive signature that reads 'Alvaro Sáiz'.